

PORQUE CELEBRAR TRÊS DÉCADAS DO REAL

A data de 1º de julho de 2024 representa o aniversário de 30 anos da moeda mais longeva da história republicana brasileira, que ensejou a eliminação da superinflação, inercial e indexada, que, desde os anos 1980, incomodava tanto os formuladores de política econômica quanto os agentes mais enfraquecidos na briga distributiva, especificamente a classe trabalhadora.

Aos que minimizam os efeitos positivos da introdução e consolidação do padrão monetário, basta observar que a inflação, medida pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), do IBGE, despencou de 4.922,46%, em doze meses encerrados em junho de 1994, véspera do lançamento da nova moeda, para 3,93%, no exercício anual findo em maio de 2024. Neste percurso de três décadas, o IPCA acumulou variação de 708,01%, o que perfaz 7,2% ao ano.

Mais do que isso, o real pode ser considerado, sem exageros, o produto final de uma engenhosa, comportada e transparente empreitada de “economia política”, contratada em maio de 1993, durante a gestão do presidente Itamar Franco, que substituíra Fernando Collor, desligado por impeachment, em setembro de 1992.

O titular do executivo demonstrou avantajada sabedoria e feeling das intrincadas negociações institucionais, ao convidar o senador Fernando Henrique Cardoso (FHC) para comandar uma equipe econômica amadurecida e calejada pelos fracassos das estratégias ortodoxas, heterodoxas e híbridas de guerra à espiral inflacionária, adotadas na década perdida de 1980.

Dotado da certeza de ausência de condições políticas para a repetição dos choques praticados no decênio anterior e começo dos anos 1990, que, ao insistirem em atacar as consequências e não as raízes da moléstia inflacionária, sintetizadas na fragilidade fiscal e financeira do setor público, conseguiram, no melhor dos mundos, represar temporariamente as complexas tensões nos níveis gerais de preços.

Dá a necessidade de criteriosa elaboração, abrangente discussão democrática e aprovação legislativa e, sobretudo, comunicação à sociedade dos passos dirigidos à viabilização dos requisitos imprescindíveis ao desmanche dos mecanismos de

propagação ampliada da dinâmica inflacionária e, por extensão, suas implicações nefastas no modus operandi econômico e social.

Os inconvenientes podem ser resumidos no sucateamento do estado desenvolvimentista, indutor, financiador e provedor da industrialização substitutiva de importações, que virou refém, compulsório ou voluntário, dos credores externos e da ciranda financeira, e na crônica regressão da produção, investimento e emprego.

A proposta de ajustamento macroeconômico foi fracionada em três estágios:

- i) ajuste fiscal provisório, anunciado em junho de 1993, com o Programa de Ação Imediata (PAI);
- ii) destruição da memória inflacionária, com a criação da Unidade Real de Valor (URV), em março de 1994, uma espécie de regra de indexação de contas, destinada a conviver com a moeda velha (cruzeiro real), contaminada pelas diárias e crescentes remarcações de preços, e gradativamente induzir o seu abandono; e
- iii) criação do real, em instante subsequente.

O grupo de FHC foi agradavelmente surpreendido com a adesão generalizada dos diferentes atores econômicos - exauridos e perdidos com a desorganização provocada pelo encolhimento da frequência e multiplicação da intensidade das correções de preços, algumas preventivas, diga-se de passagem, à espera de mais um congelamento - ao novo indexador, ou quase moeda, que cumpria ao menos duas das três funções clássicas da moeda, que seriam unidade de conta e reserva de valor.

O atributo de meio de pagamento aflorou com a decisão de antecipação da transformação da URV (que valia CR\$ 647,50, por ocasião da criação, no princípio de março de 1994, e CR\$ 2.750, em 30 de junho de 1994, quando da extinção, o que equivalia a uma inflação de 324,7%, em quatro meses, dada atualização diária pela média dos três principais índices de preços nacionais, mensurados na moeda podre), em real, escorado ao par no dólar americano, o que foi denominado de âncora cambial.

Com o desligamento de FHC do ministério, para a condução da vitoriosa campanha à presidência da república, coube ao embaixador Rubens Ricupero atender

ao chamado de Itamar, assumir a pasta, e convencer o chefe de estado e comunicar a população acerca das enormes chances de sucesso do processo de estabilização em curso.

No decorrer dessa longa e tortuosa marcha de duras batalhas para preservação dos fundamentos econômicos, amparados no controle permanente da inflação, praticamente todos os governantes, e respectivos tecnocratas da geração do real, ainda que com objetivos distintos, retirados das cartilhas da social democracia ou das correntes de esquerda, centro, direita e até extrema direita do espectro ideológico, perceberam, ou ao menos pouco atrapalharam, o papel de protagonista interpretado pela estabilidade de preços no espetáculo da economia e da democracia.

Afinal de contas, ao oportunizar a minimização e alongamento dos expedientes indexação automática, a ampliação sustentada do consumo, investimento e concorrência interempresarial, a inflação reduzida e cadente promove a redução do leque de incertezas e o alargamento do horizonte temporal de previsibilidade do cálculo econômico.

Porém, a travessia do empenho contra qualquer insinuação de regresso inflacionário, no sentido de um estágio de retomada duradoura do crescimento econômico, capaz de promover a conciliação entre encaixe modernizante no ambiente global, transição energética de baixo carbono e aprofundamento da inclusão social, focado prioritariamente na perseguição do fim da pobreza e da miséria, depende da montagem técnica e entendimento político de uma agenda de nação de longa maturação.

Decerto que a conjugação entre sinalização convincente de desejo político de recomposição do equilíbrio intertemporal das finanças públicas e adesão e implantação de novos e robustos blocos de reformas institucionais deve encabeçar a relação de itens alvos de exaustivos diálogos e deliberações.

Agora, cá pra nós, talvez seja recomendável deixarmos para mais adiante a conversa a respeito do cardápio de assuntos passíveis de composição da pauta de

iniciativas estruturantes e portadoras de futuro. Porque hoje é dia de merecidas celebrações.